

Entre os meses de julho e setembro, a dívida mobiliária federal cresceu R\$ 26,5 bilhões

Dívida pública avança a passos largos

GAZETA MERCANTIL

23 OUT 1995

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

por Ivanir José Bortot
de Brasília

As políticas monetária e cambial adotadas pelo Banco Central provocaram um aumento da dívida mobiliária federal de R\$ 26,5 bilhões entre julho e setembro deste ano. No mesmo período, as reservas do Brasil cresceram R\$ 15 bilhões no conceito de liquidez internacional. Assim, em apenas três meses, o governo elevou seu endividamento em cerca de R\$ 11,5 bilhões.

"O aumento do estoque da dívida decorre da necessidade de enxugar a liquidez da economia e manter o controle cambial", disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. A falta de uma política fiscal consistente da União, estados, municípios e empresas estatais tem levado o BC a executar uma política monetária restritiva, com elevadas taxas de juro.

A inexistência de um ajuste fiscal é a pedra no caminho dos formuladores da política monetária. Estudos feitos pelo próprio BC indicam a existência de um déficit operacional do setor público de 3,3% entre janeiro e agosto de 1995. A meta da equipe econômica era zerar o déficit neste ano. As contas dos estados e municípios aparecem com déficit operacional de 2,5% e as empresas estatais estaduais e federais, com 0,3%.

"Houve um forte impacto de gastos com salários de pessoal e o fim da inflação acabou com o espaço que existia para

compressão do orçamento", disse Altamir Lopes. As empresas estatais estaduais e federais tiveram déficit operacional de 0,3% nesses oito primeiros meses do ano.

O diferencial entre as taxas de juro internas e externas contribuiu para

atrair um volume elevado de investimentos estrangeiros entre julho e setembro. O BC foi obrigado a colocar papéis no mercado para retirar os reais que foram trocados pelos dólares que entraram no Brasil.

As reservas do Brasil

saltaram de US\$ 33,7 bilhões em final de junho para US\$ 48,7 bilhões em setembro. Esse crescimento traz dois inconvenientes para as contas públicas: a remuneração das aplicações das reservas internacionais rendem em torno de 5 a 6% ao ano no merca-

do internacional. O custo interno dos juros dos papéis públicos colocados no mercado para anular o efeito expansionista da entrada de dólar é de 3,1% ao mês.

Apenas em setembro, segundo estudos apresentados pelo BC, houve um aumento de 7,9% na divi-

da mobiliária. A dívida mobiliária federal subiu de R\$ 69,6 bilhões para R\$ 75,1 bilhões, sem considerar a parcela dos títulos estaduais e municipais que vêm sendo substituídos no mercado por LBC-E (Letras do Banco Central-Especial). O BC vem colocando no mercado em torno de R\$ 23,3 bilhões em LBC-E para substituir os títulos dos estados e municípios.

Mesmo com a troca de papéis, os estados e municípios vêm sofrendo com os impactos da política de juros reais altos. As dívidas dos estados e municípios evoluíram de R\$ 29,7 bilhões em final de junho deste ano para R\$ 33,2 bilhões em setembro. A maior parcela desses débitos (R\$ 26,1 bilhões) está na carteira do BC, ou seja: são os títulos dos estados e municípios que foram trocados por LBC-E. Apenas R\$ 7,1 bilhões vêm sendo rolados por estados e municípios no mercado.

A maior dívida mobiliária estadual é de São Paulo, com saldo de R\$ 13,4 bilhões, e da prefeitura da capital paulistana, que é de R\$ 3,6 bilhões. O Estado de São Paulo tem ainda mais um débito de R\$ 431 milhões contraído com instituições financeiras em operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e empréstimos de longo prazo. A dívida mobiliária de Minas Gerais é de R\$ 6,3 bilhões; a do Rio Grande do Sul, R\$ 4,7 bilhões, e a do Rio de Janeiro, de R\$ 4,2 bilhões. ■

Dívida federal interna e externa*

(R\$/milhões)

Final de período	Dívida interna relevante					Dívida externa líquida (2)	Total (g = c+f)
	Mobiliária efetiva			Compulsórios em espécie remunerados (3) (d)	Total (e = c+d)		
	Saldo (a)	LBC-E (b)	Total c = a-b			(f)	
1994 Jan	46.191	7	48.184	7.550	53.734	32.382	86.116
Fev	48.350	6	48.345	7.631	55.976	31.363	87.338
Mar	50.545	5	50.540	7.429	57.969	29.472	87.441
Abr	53.545	4	53.542	6.978	60.520	39.338	99.858
Mai	57.182	2	57.180	7.189	64.369	35.621	99.991
Jun	61.765	1.883	59.882	7.362	67.244	33.912	101.156
Jul	69.523	4.039	55.484	9.310	64.794	33.150	97.944
Ago	60.399	4.050	56.349	10.145	66.494	31.387	97.881
Set	82.494	9.422	53.072	11.673	64.745	29.949	94.694
Out	85.136	10.553	54.583	11.711	66.294	30.424	96.718
Nov	64.561	11.807	52.754	12.061	64.815	30.697	95.512
Dez	61.782	14.312	47.470	12.218	59.688	32.572	92.260
1995 Jan	63.396	16.259	47.137	12.860	59.997	32.980	92.977
Fev	65.053	16.770	48.283	13.199	61.482	33.418	94.900
Mar	65.273	18.574	46.699	13.222	59.921	38.741	98.662
Abr	66.388	19.322	47.066	13.611	60.677	40.963	101.640
Mai	68.907	19.949	48.958	14.279	63.237	38.773	102.010
Jun	69.503	20.967	48.536	16.774	65.310	40.217	105.527
Jul	82.233	21.820	60.413	17.454	77.867	33.664	111.531
Ago	92.300	22.684	69.616	18.095	87.711	28.423	116.134
Set *	98.479	23.369	75.109	15.681	90.790	27.423	118.213
Set-95/Set-94 %	57,6	148,0	41,5	34,3	40,2	-8,4	24,8

Nota: Valores anteriores a julho de 1994 convertidos pela URV de final de período
* Dados preliminares

(1) Refere-se às principais dívidas do governo central
(2) Dívida externa menos reservas internacionais (liquidez)
(3) Saldos valorizados